

## DE LA LOCURA A LA ESPERANZA: UMA ANÁLISE SOBRE A COMISSÃO NACIONAL PARA EL SALVADOR

PEDRO GARDANI<sup>1</sup>; CARLOS ARTUR GALLO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – cpgardani@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir dos estudos realizados no Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME), com o objetivo de coletar dados sobre as transições políticas e Comissões Nacionais executadas em países da América que enfrentaram algum tipo de excepcionalidade política. A Comissão aqui analisada foi a Comissão da Verdade para El Salvador (CVES) criada como parte dos Acordos de Paz de Chapultepec, assinados em 1992, que marcaram o fim à guerra civil salvadorenha, um conflito que perdurou por 11 anos e resultou em mais de 75 mil mortes. A guerra envolveu, principalmente, o então governo de El Salvador, apoiado pelas forças militares, e o grupo insurgente de esquerda Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), em um contexto de profunda desigualdade socioeconômica e autoritarismo militar. Desde os primeiros anos de independência, o país foi marcado por golpes de Estado, repressão e violência institucionalizada, com elites políticas e econômicas beneficiando-se do apoio militar.

A CVES foi uma medida crucial dos Acordos de Paz, estabelecida sob a supervisão e tutela das Nações Unidas, com o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1980 e 1991, durante o auge da guerra civil. A comissão foi composta por três membros estrangeiros: o ex-presidente colombiano Belisario Betancur, Reinaldo Figueredo Planchart, ex-ministro de Relações Exteriores da Venezuela, e Thomas Buergenthal, ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O relatório final da comissão, intitulado *De la Locura a la Esperanza*, foi publicado em março de 1993 e apontou o exército e grupos paramilitares como responsáveis por 85% das violações, enquanto o FMLN foi responsabilizado por 5%, demonstrando imparcialidade ao investigar ambos os lados. A recepção ao relatório foi polarizada: setores conservadores o rejeitaram, enquanto grupos de esquerda e de direitos humanos o criticaram por omissões importantes - principalmente em relação ao papel dos Estados Unidos no conflito. Ainda assim, o documento representou um marco no processo de transição política do país.

Uma das consequências mais significativas foi a aprovação da Lei de Anistia Geral em 1993 que impediu a responsabilização penal dos envolvidos no conflito, embora essa anistia tenha sido revogada em 2016, abrindo espaço para a reabertura de casos, como o massacre de El Mozote. A CVES apresentou 43 recomendações, incluindo reformas nas Forças Armadas, no sistema judiciário e na administração pública, além da desmilitarização da polícia. No entanto, a implementação dessas medidas foi limitada: apenas 41% das recomendações foram cumpridas. Houve forte resistência das elites políticas e militares, e a falta de vontade política e institucional representou um grande obstáculo. Mesmo com pressão internacional, o governo de Alfredo Cristiani hesitou em adotar as reformas propostas, refletindo o caráter político da transição e o equilíbrio de

poder entre o partido ARENA e o FMLN, que impediu mudanças profundas na estrutura do Estado.

## 2. METODOLOGIA

Nossa metodologia incluiu etapas fundamentais para garantir a precisão e a profundidade da pesquisa sobre a Comissão da Verdade de El Salvador. Primeiramente, realizamos uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando como principais fontes o *Relatório da Comissão da Verdade (De la Locura a la Esperanza)*, o estudo de impacto do CMI (2018) e outros documentos relevantes. Essa revisão permitiu contextualizar historicamente o tema e explorar o papel da justiça transicional no país.

Em seguida, conduzimos uma análise documental crítica para identificar e avaliar os principais eventos e casos investigados pela CVES, além de examinar as recomendações emitidas e seu impacto prático. Também aplicamos uma análise qualitativa para investigar os efeitos sociais, políticos e jurídicos das recomendações da Comissão, focando na reconciliação nacional, na manutenção da paz e na responsabilização dos envolvidos no conflito.

Por fim, o trabalho foi organizado em um quadro de dados sobre a condução da CVES e um resumo crítico sobre o legado da Comissão e os desafios futuros.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa culminaram na criação de um quadro/banco de dados sistemático sobre a Comissão da Verdade para El Salvador (CVES), consolidando informações e análises detalhadas de documentos, eventos e decisões cruciais emitidas pela Comissão. Esse quadro foi posteriormente transformado em material para um e-book, configurando-se como uma ferramenta acessível para estudiosos e pesquisadores que investigam processos de justiça transicional na América Latina.

O ponto central e mais relevante deste trabalho é a disponibilização de material sobre a CVES em língua portuguesa, uma vez que há uma carência significativa de estudos e fontes sobre o tema nessa língua. A pesquisa, portanto, busca preencher essa lacuna ao proporcionar acesso a informações anteriormente restritas a documentos em espanhol, ampliando o escopo de pesquisa e reflexão para o público lusófono.

Ademais, o material disponibilizado no e-book visa não apenas disseminar informações sobre o funcionamento e as implicações da CVES, mas também fomentar o debate acadêmico sobre o papel e a efetividade das comissões de verdade em contextos de transição política. Dessa forma, a pesquisa contribui para a construção de um corpo de conhecimento que permite comparações entre diferentes experiências latino-americanas e uma análise crítica sobre os desafios e os impactos da justiça transicional em sociedades marcadas por conflitos armados e violações sistemáticas de direitos humanos.

## 4. CONCLUSÕES

A Comissão da Verdade de El Salvador desempenhou um papel importante ao documentar as violações de direitos humanos durante a guerra civil e ao fazer recomendações para evitar que tais atrocidades se repetissem. No entanto, sua eficácia foi limitada pela resistência política e pela falta de vontade das instituições em implementar suas recomendações. O legado da CVES ainda está em evolução, apesar do momento vivido hoje pelo país, especialmente após a revogação da Lei de Anistia, que permite a reabertura de casos importantes como o de El Mozote.

A experiência salvadorenha serve como um exemplo de como os processos de justiça transicional podem ser comprometidos pela política, ao mesmo tempo em que oferecem lições valiosas para o futuro da justiça pós-conflito.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAYNER, P.B. **Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions**. New York: Routledge, 2010

TEITEL, R.G. Transitional Justice Genealogy. In: ROBINS, S.; MCNEIL, M. (Eds.). **Justice in Transition: Comparative Studies on Truth Commissions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Cap. 5, p. 101-130.

MARTÍNEZ-BARAHONA, E.; RUBIO-PADILLA, S.; CENTENO MARTÍN, H.; GUTIÉRREZ-SALAZAR, M. **La Comisión de la Verdad para El Salvador: Manteniendo la paz a cambio de justicia**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2018.

UNITED NATIONS. **From Madness to Hope: The 12-Year War in El Salvador**. UN Digital Library, New York, 15 mar. 1993. Acessado em 3 out. 2024. Online. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/183599>.